

Metas Fiscais - Ano de 2025

29 de setembro de 2025

Presencial e Eletrônica



Definição:

 A audiência pública é uma forma de promover a participação popular no processo de decisão sobre administração pública. Sendo portanto uma das formas de participação, e de controle popular a qual proporciona ao cidadão a troca de informações com o administrador, exercendo assim sua cidadania.



Motivo para realização desta Audiência Pública:

- Para atender ao disposto no \$4° do art. 9°, assim como os objetivos previstos no \$ 1° do art. 1° ambos da LC 101/2000.
- A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.



DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

§ 4° do art. 9° da LC 101 de 4 de maio de 2000.

"Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art.

166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Municipais."



Objetivo da Audiência

Apresentação, avaliação e discussão das metas da execução orçamentária, contábil e financeira, referente ao 2º quadrimestre de 2025. Abordar de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária.

Ao longo desta apresentação procuramos oferecer elementos para melhor compreensão dos resultados.



Transparência na Gestão Fiscal

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os Planos, lei do PPA Plano Plurianual, LDO Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA Lei Orçamentária Anual;
- As prestações de Contas e o respectivo parecer prévio;
- Relatórios de Execução Orçamentária RREO;
- Relatório de Gestão Fiscal RGF.



Publicações

- Portal da Transparência, site do Município;
- Diário Eletrônico Municipal;









Apresentaremos nesta Audiência Pública

- Receita Prevista e realizada
- Despesa Prevista e realizada
- Dívida Fundada e Restos a Pagar
- Despesas realizadas com pessoal
- Despesas com Educação
- Despesas com Saúde



Classificação das Receitas

RECEITA CORRENTE: Aquela oriunda da arrecadação de tributos próprios e de transferências, contribuições sociais e econômicas, serviços, da cobrança da dívida ativa e outras, destinadas a atender despesas correntes.

RECEITA DE CAPITAL: Aquela proveniente da venda de bens e direitos, realização de operações de créditos(empréstimos) e de convênios, destinadas à realização de despesas de capital.



RECEITA CORRENTE

- O valor da <u>Receita Corrente</u> prevista foi de R\$ 50.500.000,00
- Arrecadou até o encerramento do 2° Quadrimestre
 R\$ 33.735.390,80
- O que equivale a 66,80% do previsto



RECEITA DE CAPITAL

- Total da Receita de Capital prevista foi de R\$ 0
- Arrecadou até o 2° Quadrimestre R\$ 650.000,00
- Essas receitas basicamente dependem de outras esferas de governo, onde as mesmas são repassadas através de convênios e contratos de repasse firmados com o Município.



DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO DA RECEITA

DESCRIÇÃO	PREVISÃO	REALIZADO 2° QUADRIMESTRE	
RECEITAS CORRENTES	50.500.000,00	33.735.390,80	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.443,000,00	3.553.298,85	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	370.000,00	261.324,97	
RECEITA PATRIMONIAL	551.500,00	698.794,90	
RECEITA DE SERVIÇOS	992,400,00	488.047,64	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.245.174,28	28.272.007,73	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.897.925,72	461.916,71	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	650.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	650.000,00	
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA			
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB			
TOTAL	50.500.000,00	34.385.390,80	

ARRECADAÇÃO MENSAL

MES	ARRECADADA
JAN	4.192.073,67
FEV	4.478.311,50
MAR	3.854.701,55
ABR	4.099.400,69
MAI	4.071.114,05
JUN	4.620.379,83
JUL	5.277.752,44
AGO	3.791.657,07
SET	
OUT	
NOV	
DEZ	
TOTAL	34.385.390,80

Classificação das Despesas

DESPESA CORRENTE: Aquela destinada à gastos com pessoal e encargos, juros e encargos da dívida, material de consumo, serviços e encargos diversos; ou seja, gastos de manutenção de atividades e projetos.

DESPESA DE CAPITAL: Aquela destinada a investimentos: obras e instalações, equipamentos e materiais permanentes; Inversões Financeiras: aquisição de ações/quotas partes, concessão de empréstimos; amortização de Dívidas.



Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES	ORÇADO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZADO
Pessoal de Encargos	23.934.824,48	16.000.910,57	66,85%
Juros e Encargos	30.000,00	10.769,74	5,90%
Outras Despesas Correntes	23.783.175,52	16.194.977,14	68,09%
TOTAL	47.748.000,00	32.206.657,45	67,45%



Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL	ORÇADO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZADO
Investimentos	2.176.000,00	1.787.385,02	82,14%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0%
Amortização da Dívida	546.000,00	412.188,24	75,49%
TOTAL	2.722.000,00	2.199.573,26	80,81%



DESPESA TOTAL DO 2° QUADRIMESTRE

	DOTAÇÃO INICIAL	LIQUIDADO
DESPESAS CORRENTES	47.748.000,00	32.206.657,45
DESPESAS DE CAPITAL	2.722.000,00	2.199.573,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0
TOTAL	50.500.000,00	34.406.230,71



RESULTADO PRIMÁRIO

 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.



RESULTADO PRIMÁRIO 2º QUADRIMESTRE

R\$ -271.177,91

O MUNICÍPIO PODERÁ TER UM DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO AMPARADO COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

SUPERÁVIT DE 2024: R\$ 7.822.505,63



Relatório do Tribunal de Contas-Exercício de 2023



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR-08

Informamos que o Município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (arquivo 22 deste evento), firmando o compromisso de contrair novas dívidas exclusivamente de acordo com os termos do referido Programa (Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021).

C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou déficit que se encontrou totalmente amparado no superávit financeiro proveniente do exercício anterior, conforme quadro a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$	46.477.614,53	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$	49.023.313,46	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$	1.596.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$	251.547,83	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO			
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$	3.890.151,10	

Peças contábeis no arquivo 23 deste evento.

-8,37%

RESULTADO NOMINAL

• O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.



DÍVIDA CONSOLIDADA

Descrição	Saldo Anterior	Baixa	Atualização	Saldo
INSS	875.900,01	204.415,31		465.390,58
TOTAL				465.390,58



RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Saldo Anterior	Pago no período	Cancelados no período	saldo
Inscrição de Restos a pagar até 2022	8.224,85			8.224,85
Inscrição de Restos a pagar de 2023	8.504,97			8.504,97
Inscrição de Restos a pagar 2024	1.080.684,23	1.076.336,35	494,42	3.853,46
TOTAL	1.097.414,05			20.583,28

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

DISPONIBILIDADE DE CAIXA EM 31/08/2025

R\$ 10.739.342,26



EDUCAÇÃO





Gastos com Educação

 De acordo com art. 212 da constituição Federal estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão 25% da receita resultante dos Imposto na Educação.

Despesas Educação

Aplicação do recurso do Ensino	2° quadrimestre 2025
Total da receita aplicável no Ensino	27.478.888,12
Limite obrigatório 25%	6.869.722,03
Despesas com educação no 2º quadrimestre	7.167.156,28
Percentual aplicado	26,09%

Recurso Aplicação do FUNDEB

Resumo- Aplicação do Recurso do FUNDEB	2° Quadrimestre
Receita do FUNDEB	5.220.024,22
Limite legal-Folha do Magistério (70%)	3.654.016,95
Total despesas com Magistério	5.086.194,49
Percentual Aplicado	97,44%



SAÚDE



Gastos com Saúde

• A Emenda Constitucional 29 de 2000 estabelece que os Municípios aplicarão 15% da receita resultante dos impostos na Saúde.

Receitas e Percentual Aplicado	Até o Quadrimestre
Total Receita Aplicável na Saúde	R\$ 26.692.732,21
Limite obrigatório 15%	R\$ 4.003.909,83
Despesas no 2º Quadrimestre	R\$ 5.743.638,16
Percentual aplicado	21,52%



Gastos com Pessoal - Limite máximo permitido 54%

Descrição	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3° Quadrimestre
Total despesas com Pessoal	22.551.174,02	23.459.940,38	
Receita Corrente Liquida	49.719.828,21	50.486.667,44	
Percentual de Aplicação	45,36%	46,47	
Percentual de Aplicação ajustado	49,93%	50,97	



PRINCÍPIOS / PILARES DA LRF





AGRADECIMENTOS

À todas as pessoas que participaram a essa Audiência Pública Presencial ou eletrônica ou de alguma outra forma contribuíram para a realização de mais esse ato de democracia e transparência.



INFORMAÇÕES:

Prefeitura do Município de Interesse Turístico Ubarana www.ubarana.sp.gov.br

Fone: 17-38078705

e-mail:contabilidade@ubarana.sp.gov.br

